

## PROVIMENTO Nº 23, DE 5 DE JULHO DE 2023.

Código de validação: 81B413297E  
PROV - 232023

Altera o §2º do artigo 254, altera o §2º do artigo 307, altera o artigo 321 e acrescenta o §9º ao artigo 333, todos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

O Corregedor Geral da Justiça do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 35 do Provimento 134 de 24 de agosto de 2022, editado pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º da Resolução nº 16 de 17/02/2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar os procedimentos relacionados à averiguação de paternidade em registros de nascimento;

CONSIDERANDO a adoção do Processo Judicial Eletrônico (PJe) como meio eficiente para protocolo de procedimentos entre as serventias extrajudiciais e as varas judiciais.

### RESOLVE:

Art. 1º - O §2º do artigo 254 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º O exame dos atos notariais e registros dar-se-á por meio de certidões de breve relato extraídas dos livros de notas e registros, para o exercício da advocacia.

Art. 2º - O §2º do artigo 307 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º - Caso seja a genitora absolutamente incapaz, deverá apresentar no ato a Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou declaração médica que confirme a maternidade, com firma reconhecida, independentemente de representação ou assistência de seus pais, tutor ou curador.

Art. 3º - O artigo 321 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 321. Em registro de nascimento apenas com maternidade estabelecida, o oficial indagará à mãe sobre a paternidade da criança, esclarecendo-a quanto à voluntariedade, seriedade e fins da declaração que se destina à averiguação de sua procedência, na forma disposta na Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

§ 1º Nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade.

§ 2º Será lavrado Termo de Alegação de Paternidade, em que constem prenome, nome, profissão, identidade e residência do suposto pai, fazendo referência ao nome da criança, em duas vias, com as assinaturas da mãe e do oficial.

§ 3º O próprio oficial deverá encaminhar uma via do Termo de Alegação de Paternidade, por meio de protocolo no Processo Judicial Eletrônico - PJe, ao juiz da Vara da Família, no prazo máximo de 30 dias da data de lavratura do termo.

§ 4º O protocolo no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) deverá ser realizado utilizando a classe judicial 'Averiguação de Paternidade' (123) e o assunto 'Investigação de Paternidade' (5804), com a inserção de todos os dados cadastrais das partes existentes no momento, incluindo número de CPF, e submetido a segredo de justiça, de forma a preservar a dignidade dos envolvidos.

§ 5º O número de registro atribuído ao procedimento de averiguação de paternidade no sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe será mantido na hipótese de posterior ajuizamento de ação investigatória de paternidade, convertendo-se a classe processual para procedimento ordinário.

§ 6º Após o protocolo do procedimento no sistema PJe, a unidade judicial deve retificar a autuação inativando o oficial de registro civil do polo ativo e inserindo a genitora em seu lugar, devendo permanecer o nome do suposto pai no polo passivo do processo.

§ 7º No caso de recusa da declarante em fornecer o nome do suposto pai, o oficial deverá lavrar termo negativo de alegação de paternidade, que será arquivado em pasta própria na serventia.

§ 8º Não serão cobrados emolumentos pela lavratura do termo em referência, nem pela diligência e remessa a juízo.

§ 9º Os registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade.

§ 10 São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente."

Art. 4º - Fica acrescido o §9º ao artigo 333 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão com a seguinte redação:

§9º - Fica dispensada a exigência da temporalidade de 90 dias do documento prevista no §5º deste artigo em relação às habilitações do Projeto Casamentos Comunitários, organizados pelo Poder Judiciário, podendo o oficial de registro exigir certidão atualizada em caso de fundada suspeita de dados desatualizados.

Art. 5º - Este provimento entrará em vigor no prazo de 30 dias a contar da data de sua publicação.

Publique-se.

Para baixar o fluxograma do procedimento de alegação de paternidade basta clicar no seguinte link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1SbQWch6B5PjEII8UtKiJZrt7INzqcYms?usp=sharing>

Acesse o vídeo explicativo por meio do seguinte link <https://youtu.be/balVhuqZ9dE> ou pelo QR Code:

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, em São Luís, 5 de julho de 2023.

Desembargador JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO  
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/07/2023 12:38 (JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO)

Informações de Publicação

120/2023	06/07/2023 às 15:16	07/07/2023
----------	---------------------	------------

## TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

**ILMO(A) SR(A) DR(A) OFICIAL DE REGISTRO DO CARTÓRIO**

Procedimento Administrativo de Averiguação Oficiosa de Paternidade nº \_\_\_\_\_  
(A ser preenchido pelo Cartório de Registro do Nascimento)

Venho, por meio desta, conforme possibilita a legislação vigente, DECLARAR o nome do PAI de meu (minha) filho(a) \_\_\_\_\_, nascido(a) na data de \_\_\_\_\_, neste Hospital \_\_\_\_\_, DNV nº \_\_\_\_\_, registrado no Livro \_\_\_\_\_, folhas \_\_\_\_\_, termo \_\_\_\_\_, do Cartório \_\_\_\_\_, para AVERIGUAÇÃO OFICIOSA DE PATERNIDADE.

Ciente de que o **nome do pai não constará do registro de nascimento**, mas sim deste Termo de Alegação de Paternidade, informo os dados necessários para fins de dar início ao presente Procedimento Administrativo:

### **QUALIFICAÇÃO DA MÃE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ órgão \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

### **DADOS DO PAI:**

( ) O PAI É FALECIDO

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ órgão \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

Anexo ao presente cópia dos seguintes documentos, conforme disposição legal:

- 1- Cópia da certidão de nascimento do(a) menor;
- 2- Cópia do meu RG e CPF.

Declaro que estou ciente **de que não serão praticados** pelo Oficial do Registro Civil atos, tais como: intimações, expedições de cartas precatórias, mandados e ofícios com a finalidade de localizar o endereço do suposto pai, bem como oitiva de testemunhas, uma vez que estas fogem às suas atribuições.

Havendo necessidade de tais atos serem praticados, a competente ação de investigação de paternidade deverá ser proposta pela parte interessada ou pelo Ministério Público na forma do § 4º do art. 2º da Lei 8.560/92.

Por fim, declaro que tomei conhecimento de que a notificação do Pai ora indicado deverá ser **encaminhada à direção do Fórum da Comarca na qual se situa este Serviço Extrajudicial**, cabendo a esta proceder ao envio da mesma ao destinatário, sendo que a remessa para endereço situado no mesmo Município de situação do registro civil deverá ser feita na modalidade "simples com comprovante de entrega", e a remessa em situação diversa deverá ser efetuada na modalidade "carta registrada", vedada, em qualquer caso, a utilização do serviço denominado "mão própria".

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Mãe

## TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

Procedimento de Averiguação Oficiosa de Paternidade nº \_\_\_\_\_

### TERMO DE DECLARAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ expedido em \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Declaro que neste ato de registro de nascimento do(a) meu(minha) filho(a), nascido(a) aos \_\_\_\_\_, no Livro nº \_\_\_\_\_, folhas \_\_\_\_\_, termo \_\_\_\_\_, **NAO DESEJO DAR A CONHECER O NOME E ENDEREÇO DO PAI**, uma vez que:

- ( ) O mesmo é falecido;
- ( ) Não sei informar qualquer dado que permita identificar ou localizar o mesmo;
- ( ) Sei o seu nome e endereço, no entanto, não quero dar a conhecer a paternidade pelos seguintes motivos de cunho pessoal:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Declaro, ainda, que me foi informado e esclarecido **TODO** o procedimento de averiguação oficiosa pelo(a) escrevente desta Unidade Interligada e, de livre e espontânea vontade, **OPTEI** por não informar o nome do pai.

Por ser verdade, firmo o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Mãe




# Procedimento de Alegação de Paternidade

Fundamentação legal: art. 321 do Código de Normas da CGJMA  
( Provimento n º 232023)

## COM INDICAÇÃO DA GENITORA

### TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

Preencher termo de alegação de paternidade. Para acessar o modelo clique na figura ao lado:



TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

ILMO(S) SR(A) DR(A) OFICIAL DE REGISTRO DO CARTÓRIO

Procedimento Administrativo de Averiguação Oficial de Paternidade nº \_\_\_\_\_  
(A ser preenchido pelo Cartório do Registro do Nascimento)

Venho, por meio desta, conforme possibilita a legislação vigente, DECLARAR o nome do PAI de meu (minha) filho(a) nascido(a) no dia de \_\_\_\_\_, no(a) Hospital \_\_\_\_\_, DNV nº \_\_\_\_\_, registrado no Livro \_\_\_\_\_, folhas \_\_\_\_\_ do Cartório \_\_\_\_\_ para AVERIGUAÇÃO OFICIAL DE PATERNIDADE.

Ciente de que o nome do pai não constará do registro de nascimento, mas sim deste Termo de Alegação de Paternidade, informo os dados necessários para fins de dar início ao presente Procedimento Administrativo:

**QUALIFICAÇÃO DA MÃE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, órgão \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_, Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_, Estado Civil: \_\_\_\_\_

**DADOS DO PAI:**

( ) O PAI É FALECIDO

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, órgão \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_, Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_, Estado Civil: \_\_\_\_\_

Anexo ao presente cópia dos seguintes documentos, conforme disposição legal:

1- Cópia da certidão de nascimento do(a) menor;  
2- Cópia do meu RG e CPF.

Declaro que estou ciente de que não serão praticados pelo Oficial do Registro Civil atos, tais como: intimações, expedições de cartas precatórias, mandados e ofícios com a finalidade de localizar o endereço do suposto pai, bem como ouvir de testemunhas, uma vez que estas fogem às suas atribuições.

Havendo necessidade de tais atos serem praticados, a competente ação de investigação de paternidade deverá ser proposta pela parte interessada ou pelo Ministério Público na forma do § 4º do art. 2º da Lei 8.560/92.

Por fim, declaro que tomei conhecimento de que a notificação do Pai ora indicado deverá ser encaminhada à direção do Fórum da Comarca na qual se situa este Serviço Extrajudicial, cabendo a esta proceder ao envio da mesma ao destinatário, sendo que a remessa para endereço situado no mesmo Município de situação do registro civil deverá ser feita na modalidade "simples com comprovante de entrega", e a remessa em situação diversa deverá ser efetuada na modalidade "carta registrada", vedada, em qualquer caso, a utilização do serviço denominado "mão própria".

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura da Mãe



Sobre o protocolo no PJe, assista ao tutorial por meio do QR Code:



## SEM INDICAÇÃO DA GENITORA

### TERMO NEGATIVO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

Preencher termo negativo de paternidade. Para acessar o modelo clique na figura ao lado:



TERMO NEGATIVO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE

Procedimento de Averiguação Oficial de Paternidade nº \_\_\_\_\_

**TERMO DE DECLARAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ expedido em \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_, Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

Declaro que neste ato de registro de nascimento do(a) meu(minha) filho(a), nascido(a) aos \_\_\_\_\_, no Livro nº \_\_\_\_\_, folhas \_\_\_\_\_, NÃO DESEJO DAR A CONHECER O NOME E ENDEREÇO DO PAI, uma vez que:

( ) O mesmo é falecido;

( ) Não sei informar qualquer dado que permita identificar ou localizar o mesmo;

( ) Sei o seu nome e endereço, no entanto, não quero dar a conhecer a paternidade pelos seguintes motivos de cunho pessoal: \_\_\_\_\_

Declaro, ainda, que me foi informado e esclarecido TODO o procedimento de averiguação oficial pelo(a) escrevente desta Unidade Interligada e, de livre e espontânea vontade, OPTEI por não informar o nome do pai.

Por ser verdade, firmo o presente: \_\_\_\_\_, de 20\_\_\_\_.

Assinatura da Mãe

APÓS :



Após preenchimento, arquivar documento em pasta própria na serventia.

